



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
SUPRAM Noroeste de Minas

Pág.: 1

PARECER JURÍDICO SUPRAM NOR nº 011/2009 Protocolo nº 415807/2009	
Indexado ao(s) Processo(s) Nº: 9916/2005/002/2007	
Tipo de processo:	
Licenciamento Ambiental () Auto de Infração (X)	

Processo: 09916/2005/002/2007
Documento: 176938/2006



Pag.: 023

1. Identificação

Empreendimento (razão social) / Empreendedor (nome completo): Posto Prisco e Moura Ltda.		CNPJ / CPF: 86.634.839/0001-05
Empreendimento (nome fantasia) Posto Prisco e Moura Ltda.		
Município: Formoso-MG		
Atividade predominante: Posto revendedor de combustíveis		
Código da DN / Parâmetro F-06-01-7 / Capacidade de armazenagem		
Porte do Empreendimento		Potencial Poluidor:
Pequeno (X) Médio (X) Grande ()		Pequeno () Médio (X) Grande ()
Classe do Empreendimento: Classe 1		

2. Histórico

Advertências Emitidas Nº: 0	Multas Nº: 0
-----------------------------	--------------

3. Discussão

Em 06 de julho de 2005 foi lavrado o Auto de Infração nº 2006/2005 em face do empreendimento Posto Prisco e Moura Ltda., localizado no Município de Formoso-MG, por ter sido constatada a seguinte irregularidade, prevista no artigo 19, § 3º, item 2, do Decreto nº 39.424/1998:

“Descumprir determinação da Deliberação Normativa COPAM 050/2001, art. 3º, § 2º, itens V e IX, constatada a existência de degradação ambiental.” (Auto de Infração nº 2006/2005)

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível.

Rua Nossa Senhora do Carmo, nº 18/1º andar, Centro, Unaí-MG
38.610-000 – Tel.: (38) 3676-5711

Rodrigo Teixeira de Oliveira
Chefe do Núcleo Jurídico Regional SUPRAM NOR
Masp 11383114-OAB/MG 81832



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
SUPRAM Noroeste de Minas

Pág.: 2

A defesa tempestivamente apresentada foi considerada improcedente pela Unidade Regional Colegiada COPAM Noroeste de Minas, motivo pelo qual foi mantida a penalidade aplicada.

O Autuado foi devidamente notificado de tal decisão por meio OF/SUPRAMNOR/Nº 510/2008, de 24 de outubro de 2008.

Processo: 08816/2006/002/2007
Documento: 176939/2006



Pag.: 024

O pedido de reconsideração em análise é tempestivo, posto que o mesmo foi protocolado nesta Superintendência em 14 de novembro de 2008, ou seja, dentro do prazo de 20 (vinte) dias previsto no Decreto nº 39.424/1998.

As razões aduzidas no pedido de reconsideração não merecem prosperar, uma vez que por ocasião da fiscalização foi constatado que o empreendimento estava operando em desacordo com a legislação ambiental vigente, causando degradação ambiental, conforme consta nos Autos de Fiscalização e de Infração, o que, por si só, gera a imputação da penalidade.

Demais disso, cumpre ressaltar que os argumentos apresentados no pedido de reconsideração são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizar a infração cometida.

Portanto, conforme demonstrado, a lavratura dos Autos de Fiscalização e de Infração se deu em expresse acatamento às determinações contidas na Lei nº 7.772/1980 e no Decreto nº 39.424/1998.

4. Conclusão

EX POSITIS, **CONSIDERANDO** as infundadas argumentações apresentadas pelo Autuado e **CONSIDERANDO** a ausência de argumentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar a infração praticada, remetemos os presentes autos à Unidade Regional Colegiada COPAM Noroeste de Minas sugerindo a **MANUTENÇÃO** da penalidade aplicada, nos termos do Decreto nº 39.424/1998.

5. Data / Responsável

Data: 11.08.2009

Responsável:

Rodrigo Teixeira de Oliveira
OAB/MG nº 81.832

Assinatura / Carimbo

Rodrigo Teixeira de Oliveira
Chefe do Núcleo Jurídico Regional SUPRAM NOR
Masp 11083114-OAB/MG 81832



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Noroeste de Minas

OF/SUPRAMNOR/Nº 695/2009

Unai, 08 de setembro de 2009

Processo: 09816/2005/002/2007
Documento: 176938/2006

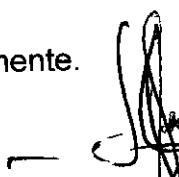


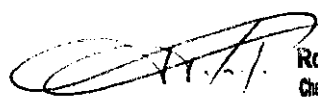
Pag.: 025

Prezada Senhora:

Em atenção ao MEMO nº 150/2009, da Procuradoria Jurídica da FEAM, encaminhamos a Vossa Senhoria o P. A. COPAM nº 9916/2005/002/2007, referente à autuação realizada no empreendimento Posto Prisco e Moura Ltda., localizado no Município de Formoso (AI nº 8293/2005), uma vez que o referido auto foi lavrado na vigência do Decreto nº 39.424/1998.

Atenciosamente.


José Eduardo Vargas
Superintendente
SUPRAM NOR - Maso 1043809
José Eduardo Vargas
Superintendente Regional


Rodrigo Teixeira de Oliveira
Chefe do Núcleo Jurídico Regional SUPRAM NOR
Maso 11383114-OAB/MG 81832
Rodrigo Teixeira de Oliveira
Chefe do Núcleo Jurídico Regional

**Superintendência Regional de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável Noroeste de Minas**

Ilma. Sra.
Dr. Ana Cristina Araújo Assunção
Núcleo de Autos de Infração da FEAM – NAI/FEAM
Rua Espírito Santo, nº 495/10º Andar, Centro
Belo Horizonte/MG – CEP 30.160-030

*Superintendência Regional de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável Noroeste de Minas*
Rua Nossa Senhora do Carmo, 18/1º andar – Centro – Unai/MG – CEP 38.610-000
Fone/fax: (38) 3676-5711



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: POSTO PRISCO E MOURA LTDA.	PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
PROCESSO Nº 09916/2005/002/2007	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2006/2005	
NATUREZA DA INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

O POSTO PRISCO E MOURA LTDA. foi autuado em 06.07.2005 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 19, § 3º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§3º São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas na Licença de Operação, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 17.10.2008, pela URC do Noroeste de Minas, multa no valor de R\$ 10.641,00.

Foi apresentado Pedido de Reconsideração.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por *"Descumprir determinações contidas na Deliberação normativa COPAM 050/2001, Art. 3º, §2º item V e IX, constatada a existência de degradação ambiental."* (fl. 04).

No Pedido de Reconsideração, o autuado alega, em síntese, que:

- Desde 2001 o empreendimento já tramitava seu processo de licenciamento;

- Como já havia tramitação processual, não deveria ser aplicado o art. 19 do decreto 39424;



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



- Não foi estabelecida a particularização da degradação ambiental alegada;
- O empreendimento não descumpriu Determinante ou Condicionante do COPAM.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Restou incontroverso no Relatório de Vistoria Nº 8293/2005 que foi descumprida a Resolução CONAMA nº 273/2000 e a Deliberação Normativa COPAM nº. 50, de 28 de novembro de 2001 (publicada em 15.12.2001), que estabelecem os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, dentre outras providências.

O art. 2º da referida Deliberação Normativa, em seu §2º, estabelece uma série de normas técnicas e medidas de controle ambiental que devem ser cumpridas pelos postos de abastecimento, e que, no presente caso, à época da autuação ainda não havia sido todas atendidas.

“Art. 3º.

(...)

§2º. Além da apresentação dos documentos exigidos pelo parágrafo anterior, os empreendimentos a que se refere este artigo deverão cumprir, para a obtenção da Licença de Operação, as seguintes medidas de controle ambiental, nos prazos respectivos, contados a partir da publicação desta Deliberação Normativa:

(...)

II – instalar válvulas de recuperação de gases nos respiros: 6 (seis) meses;

III – efetuar teste de estanqueidade em tanques subterrâneos instalados a mais de 10 anos: 6 meses, conforme NBR nº. 13.784;

IV – concretar pista da área de troca de óleo e da lavagem de veículos – 6 meses;

V – instalar Caixa Separadora de Água e Óleo – SAO na área de lavagem de veículos, troca de óleo – 8 meses;

VI – apresentar controle de manutenção dos SAO's: 12 meses;

VII – apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 20 anos: 60 dias;

VIII - apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 10 anos que após o teste de estanqueidade, constante do inciso III acusarem vazamentos: 60 dias;

IX – apresentar outorga de direito de uso de recursos hídricos, quando necessário;

X – apresentar projeto e cronograma de implantação de passeio na área do empreendimento com o objetivo de facilitar o trânsito de pedestres à frente do posto de combustíveis, aprovado pelos órgãos competentes (Prefeitura Municipal, Departamento de Estradas de



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG ou Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER): 6 meses.”

Vale ressaltar que desde 2000 há exigências expressas de adequação ambiental dos postos de combustíveis, com fixação de prazos para seu cumprimento. No entanto, em julho de 2005, ocasião da lavratura do auto de infração, o autuado ainda encontrava-se em situação irregular, em manifesto descumprimento das normas ambientais. O autuado, em cinco anos, não havia implementado todas as medidas de controle ambiental exigidas pela DN 50/2001. Portanto, correta a aplicação da multa no caso em voga.

O fato do autuado ter procurado regularizar a sua situação ambiental em 2001 não descaracteriza a infração, haja vista que foram constatadas diversas irregularidades ambientais no empreendimento, em especial, a falta de instalação de caixa separadora de água e óleo e a falta de concretagem da pista de abastecimento.

Ressalte-se, por oportuno, no que diz respeito à alegação de inexistência de dano ambiental, que na esfera administrativa a infração é caracterizada não pela ocorrência de um dano, mas pela inobservância de uma regra jurídica, sendo que, o elemento subjetivo dolo ou culpa não é pressuposto jurídico para a configuração da responsabilidade ambiental no âmbito do procedimento administrativo ambiental.

Nos termos do art. 70 da Lei 9605/1998, considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Sendo assim, percebe-se que a responsabilidade ambiental tem natureza objetiva, sendo desnecessária a perquirição de dolo ou de culpa quanto a causar dano ao meio ambiente, assim como quanto à própria prática da infração ambiental, bastando, para incidir a responsabilização do agente, a ocorrência de infração a ele imputável. Portanto, não merece prosperar a insurgência do autuado quanto à suposta inexistência de dano ambiental no presente caso.

O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 10.001,00.

III - CONCLUSÃO



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM



Recomenda-se ao Presidente da FEAM o indeferimento do Pedido de Reconsideração, mantendo a multa aplicada, porém alterando o seu valor de R\$ 10.641,00 para **R\$ 10.001,00**, nos termos do art. 83 e art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura:
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: